*Artigo

NEM TUDO PODE SER CONSIDERADO MATERIAL ESCOLAR PARA COMPRAR

Lei do material escolar considera alguns ítens. Quem tem filhos matriculados em escolas públicas ou particulares, ou é responsável pela educação de alguma criança ou adolescente enfrenta a cada inicio do ano o desafio de equilibrar o orçamento doméstico e a compra do material escolar solicitado pelos centros de ensino. Com a lei que proibe as escolas de incluírem nas listas produtos de uso coletivo, percebe se a redução de exageros. Outras práticas abusivas não previstas na nova legislação, como a cobrança de taxa de material sem apresentação dos ítens que serão comprados, continuam sendo praticadas por algumas escolas.

A lei federal 12.886|13 proíbe a inclusão na lista de material escolar do aluno ítens de uso coletivo, como papel higiênico, detergente, álcool, copos e talheres descartáveis, grandes quantidades de papel, tintas para imprenssoras, grampeador, grampos e pastas classificadoras. Os custos de materiais de uso coletivo devem ser considerados no cálculo do valor das anuidades, para escolas particulares.

O INMETRO definiu exigências mínimas de segurança para artigos de materiais escolares: Certificação deve entrar na lista de compras. Listam riscos de materiais que não seguem as normas tecnicas de uso comum. Materiais como tinta, fita adesiva, cola e lápis de cor para uso coletivo nao podem ser pedidos nas listas.

Algumas escolas deixaram de incluir ítens que costumavam constar na lista, como grande quantidade de papel e canetão para escrever no quadro. No entanto, nem toda conduta considerada abusiva no que se refere a material escolar esta identificada na lei, que trata especificamente da proibição de itens de uso coletivo. Segundo especialistas em defesa do consumidor, uma prática muito comum por parte das ecolas é a cobrança de taxa de material sem a apresentação da lista, ainda acontece e é considerada abusiva.

O que pode e o que não pode: Taxa - É abusiva a cobrança de meterial escolar sem apresentação da lista. Lista - pais ou responsáveis pelos alunos tem o direito de conhecer a lista de material. É possível solicitar a lista de material do ano anterior para ter uma base do que é solicitado. É a única forma de os pais evitarem surpresas desagradáveis. Marca - A escola não pode exigir que os pais comprem ítens de uma determinada marca ou papelaria . USO COLETIVO - A lista não pode incluir materiais de uso coletivo, como de higiêne e limpeza, nem taxas para suprir despesas com água, luz e telefone por exemplo. APOSTILAS - Algums escolas utilizam apostilas como material didático. Somente para este item pode haver exigência de compra em determinados estabelecimento ou na própria escola. COBRANÇA - Caso seja comprovada alguma cobrança indevida em relacão a lista de material a escola pode ser punida e obrigada a ressarcir o valor pago em dobro. PACOTE - Os pais é que deverão optar por comprar os produtos solicitados ou pagar pelo pacote oferecido pela instituição de ensino.

Prof: José Fernandes Calvário - da rede municipal de ensino C.M.E Silvio Paternez.

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Roski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES
Reinaldo Manarim Neto
Maykon Henrique Moura
Everton Matheus Nogueira

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
adm@diariodaserra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.265.164/0001-37

PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07

GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.626.544/0001-09

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Representação contra pedágio indígena

Baseado no que diz a Constituição Federal, o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de Mato Grosso (Sindmat) ingressou com representação solicitando a suspensão da cobrança de pedágio por associações indígenas.

O assessor jurídico do sindicato, Roni Barbosa, destaca que o fato da rodovia estar cruzando a reserva indígena, não dá direito aos indígenas a cobrarem pedágio pela passagem de veículos de particulares. "Somente à União cabe estabelecer cobrança de pedágio pela utilização de via pública", explicou.

O Sindmat pede que após o encerramento do inquérito, se necessário, que seja promovida a competente ação civil pública contra os denunciados que são: Associação Waymare, representando a Terra Índigena Utiariti, Aldeia Bacaval em Campo Novo dos Parecis; e a Associação Halitinã, representando a Aldeia Kotitiko, localizada em Tangará da Serra. A representação também denuncia a Fundação Nacional do Índio.

Acima da média

Investimentos consolidam alto índice da educação em Diamantino. O prefeito Juviano Lincoln esteve acompanhado do presidente da Câmara Josenil da Costa Lube 'Bodão' e do vereador Edson da Silva 'Giripoca' para acompanhar a execução da obra orçada em mais de R$ 500 mil, investimento por meio de convênio entre o Governo Municipal com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Destaque

Tendo como uma das prioridades em proporcionar melhorias nas escolas para ofertar conforto no processo do aprendizado, o secretário municipal de Educação e Cultura, Nilvo Pedro Lanza, salientou que a quadra da escola de Deciolândia também foi construída. Motivo de orgulho para o país, Diamantino se consolida como polo educacional e ganha proeminência com importantes notícias na área educacional.

Prorrogadas

Os professores e coordenadores pedagógicos da rede pública de ensino de Mato Grosso têm um novo prazo para se inscrever para a 6ª edição do programa Missão Pedagógica no Parlamento. A data final foi ampliada da próxima quinta-feira, 21.01 para o dia 22 de fevereiro. A iniciativa da Câmara dos Deputados tem como objetivo oferecer formação em educação para democracia aos educadores do ensino básico de escolas públicas.

Inscrição

Para conquistar a oportunidade de conhecer o Poder Legislativo e vivenciar novas práticas que promovam a participação política e o exercício da cidadania, os profissionais da educação devem se inscrever no processo seletivo, que consiste na participação do curso à distância "Educação para Democracia e o Parlamento". São disponibilizadas 216 vagas preenchidas por sorteio eletrônico, sendo oito por unidade federativa.

*Bastidores da Política

Biometria

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE -MT) já concluiu o cadastro biométrico dos eleitores de 26 municípios, em um trabalho que teve início no ano de 2010. Outros 17 municípios seguem atualizando seu cadastro junto à Justiça Eleitoral. Ao todo, 19,02% do eleitorado de Mato Grosso já se apresentou para a coleta de dados biométricos, o que representa 420.340 eleitores, de um total de 2,2 milhões de aptos a votar.

Exclusiva

Dentre os municípios com a revisão do eleitorado já concluída, na qual foi aplicada a biometria, Rondonópolis possui o maior colégio eleitoral, com aproximadamente 139,5 mil eleitores. No município a eleição será exclusivamente com identificação biométrica, situação que ainda não será possível em Cuiabá e Várzea Grande, no pleito de 2016. A eleição nestes dois municípios será mista.

Reunião

O governador Pedro Taques recebeu, nesta terça-feira, 19.01, os prefeitos de Juara, Edson Piovesan; de Santo Antonio do Leste, Miguel Brunetta; de São Pedro da Cipa, Alexandre Russi; e de Dom Aquino, Josair Lopes. O governador pôde ouvir as principais demandas, além de obter um balanço de repasses e investimentos do ano de 2015. Os prefeitos citaram problemas de infraestrutura pelos quais as cidades passam.

Cooperação

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Gestão (Seges) e do Mato Grosso Previdência (MT Prev), assinou na tarde dessa segunda-feira, 18, um termo de cooperação com a Corregedoria Geral de Justiça (CCG/MT) e a Associação dos Notários e Registradores do Estado de Mato Grosso (Anoreg/MT) para ter acesso a Central Eletrônica de Integração e Informações (CEI).

Celeridade

O objetivo do convênio é proporcionar um acesso mais rápido e amplo às informações existentes nos cartórios notariais e de registros de Mato Grosso por parte dos órgãos do Poder Executivo Estadual. O acesso se dará por meio da CEI, que permitirá aos órgãos consultar e visualizar informações, podendo ainda solicitar certidões e documentos eletrônicos por meio da central, de forma gratuita.

Benefícios

O secretário de Estado de Gestão, Julio Modesto, afirmou que a parceria será de grande importância não só para o trabalho realizado pela Seges, mas para todo o Governo do Estado. "Será uma importante ferramenta para o Estado, de destaque no país e que fará a grande diferença. Fico imensamente feliz e satisfeito por estar assinando este acordo, que trará grandes benefícios para a gestão pública", ressaltou.

A Central

A CEI reúne dados e documentos digitalmente das serventias mato-grossenses. Ela foi oficialmente lançada em julho de 2015, mas já estava em funcionamento e sendo alimentada com as informações dos cartórios desde março. O sistema foi desenvolvido em parceria com a CGJ-MT, que normatizou a CEI com a publicação do Provimento nº 81/2014. Segundo a Anoreg-MT, a iniciativa é inédita no país.

Especialidades

Estão reunidos em uma única plataforma seis especialidades de registros públicos: Registro Civil das Pessoas Naturais, Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Tabelionato de Protesto, Tabelionato de Notas, Registro de Títulos e Documentos e Registro de Imóveis. "Somos o primeiro estado no país que está interligado o registro de cartório civil com o INSS", completou a presidente da Anoreg/MT, Maria Aparecida Bianchin.

Zé Domingos se reúne com Fávaro para conseguir apoio à vaga do TCE

O deputado estadual Zé Domingos Fraga afirma que se reunirá com o vice-governador Carlos Fávaro, ambos do PSD, para ratificar o apoio à vaga de conselheiro do TCE pleiteada pelo parlamentar. "Sou candidato ao TCE e Fávaro demonstrou que irá me apoiar", relata o deputado.

Hoje, a discussão está "emperrada" no STF, sob a decisão do presidente Ricardo Lewandowski. O magistrado proibiu qualquer procedimento para preencher a vaga aberta TCE até o julgamento do mérito da Adin 4812, impetrada pela Associação Nacional dos Auditores dos Tribunais de Contas do Brasil em 2012.Acerca das especulações do possível interesse do presidente da Assembleia Guilherme Maluf (PSDB) em ocupar o posto, Domingos Fraga aponta que ninguém pode querer ser tudo. "É preciso focar em uma coisa só, eu só tenho interesse de ir para o TCE", ressalta.